

RESUMO/ ABSTRACT

MATERNIDADE EM AS PARCEIRAS, DE LYA LUFT:

DESTINO CULTURAL FEMININO

Este artigo analisa a maternidade como função social feminina historicamente construída, problemática que pode ser visualizada no livro *As parceiras*, da escritora Lya Luft, publicado na década de 80 do século XX, no Brasil, obra em que uma “família de perdedoras” sofre tanto pela incapacidade de cumprir esse destino de mulher quanto por rejeitá-lo.

Palavras-chave: literatura brasileira; autoria feminina; estudos culturais de gênero; identidade feminina; maternidade.

MATERNITY IN AS PARCEIRAS, BY LYA LUFT:

FEMININE CULTURAL DESTINY

This article analyses the maternity as a social function historically constructed, aspect that can be viewed in *As parceiras*, by Lya Luft, published in the 80 twentieth-century, in Brazil, work in which a “family of losers women” suffers both for inability to comply with a fate of women and rejecting it.

Keywords: Brazilian literature; female authorship; cultural studies of gender; female identity; maternity.

MATERNIDADE EM *AS PARCEIRAS*, DE LYA LUFT: DESTINO CULTURAL FEMININO

Geneviève Faé

Mestranda em Letras, Cultura e Regionalidade, na Universidade de Caxias do Sul (UCS).
genefaers@hotmail.com

Cecil Jeanine Albert Zinani

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.
Professora do Curso de Letras e do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, na Universidade de Caxias do Sul (UCS).
cezinani@terra.com.br

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural”, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas já se disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há mais de um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade.

Simone de Beauvoir

É possível constatar, através da história, que a maternidade tem sido uma das grandes apostas que a mulher faz na vida, como ressalta Costa (1996), juntamente com o casamento. Muito embora a figura feminina tenha ingressado no ambiente profissional, casamento e maternidade ainda constituem aspectos significativos no cumprimento do destino social, uma vez que são exigências culturais, arraigadas na tradição, e de relevante conteúdo emocional. Quando a mulher não cumpre esse “destino social”, surge o sentimento de fracasso na vida.

Num universo de pelo menos sete mulheres, pertencentes à “família de perdedoras”, na obra *As parceiras* (1980), de Lya Luft, a incapacidade para a maternidade permeia o “destino” das personagens, gerando conflito e sofrimento. Considerando a relevância desse tema, pretende-se investigar de que maneira as personagens assumem ou rejeitam o papel de mãe, e até que ponto isso influencia os demais âmbitos da vida pessoal e a emancipação feminina.

A obra condensa um enredo simples: frente ao fracasso do casamento, a personagem-narradora Anelise se refugia no Chalé da família, em uma praia, e repensa sua vida, com idas e retornos memorialísticos, durante uma semana. Nesse ínterim, aparecem as desgastadas relações familiares e a fragilidade de valores contemporâneos. As personagens femininas, verdadeiro centro da narrativa, passam por uma dolorosa busca de identidade, o que justifica o retorno ao passado. Todas sofrem as mesmas discriminações pelas quais passaram a mãe, a avó e as tias, herdando os mesmos problemas, o que caracteriza uma família de perdedoras, denominação essa constante nos pensamentos de Anelise.

A avó Catarina é quem origina a estirpe de repressões: dá à luz a Beatriz, Dora, Norma e Sibila. A realização da maternidade ocorre de forma muito precoce para ela, que casa aos 14 anos com um homem bem mais velho, quando “mal começara a menstruar”¹ (p. 13). O casamento, longe de ser fonte de felicidade, joga a mulher num abismo, ou melhor, num “beco sem saída” (p. 48). Impossibilitada de ser esposa e mãe, ela se refugia no sótão da própria casa: “Os médicos acharam que sua mania de morar no sótão não era de todo má: livrava-a da responsabilidade por uma casa que não podia administrar, e das três filhas que não tinha condições de criar” (p. 19). Até então, Sibila não havia nascido.

Bonicci (2007, p. 66), ao discutir a dominância masculina, aponta para uma construção cultural importante com relação aos papéis sociais: “O corpo da mulher, mais do que o do homem, simboliza os processos de reprodução, enquanto a sua tarefa de cuidados filiais a liga *per se* ao lar e à natureza, em oposição ao homem envolvido no domínio público de fazer ferramenta, nutrir a política, caçar e outros”. Assim, a identidade materna é biologicamente fundamentada. Dessa forma, a sociedade vê a mulher como mãe em potencial e, mais que isso, espera que ela cumpra esse destino, afinal “nasceu” com essa função. Woodward (2005, p. 18) ressalta um dos aspectos importantes dos processos de formação identitária: “a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular – o adolescente ‘esperto’, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível”. Já Badinter (1985, p. 223) analisa o cerne dessa supervalorização, cujas origens se encontram no século XIX:

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função”, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se freqüentemente a “vocação” ou o “sacrifício” materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”.

¹ Todas as referências foram transcritas da mesma edição da obra: LUFT, Lya. *As parceiras*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, sendo somente indicado o número da página entre parênteses.

A sexualidade também contribui para levar a avó à loucura: “E Catarina sucumbiu a um fundo terror do sexo e da vida. Não os medrosos pruridos de muitas noivinhas do seu tempo, mas uma agoniada compulsão de fugir” (p. 14). Mesmo depois de se mudar para o sótão, o marido a visita e a violenta. Para Costa (1996, p. 27), a sociedade “condenou precocemente à maternidade o corpo imaturo de Catarina, numa aparente fatalidade biológica, ocultando a fatalidade real imposta pela cultura”. Inaugura-se, nesse segmento, a ideia da “herança biológica” a respeito da incapacidade materna, que tanto aterroriza a neta Anelise. Catarina, além de alguns abortos, dá origem a quatro filhas, entretanto, uma não nasce “pronta” para a vida.

Dentre as filhas saudáveis, Beatriz, ou “Beata”, é vítima de um destino trágico: casa-se com um marido impotente, que logo se suicida. É a viúva-virgem, cujo destino é o convento, “predestinada à virgindade” (p. 36), “freira sem ser freira” (p. 78). É uma mulher avessa a afetividades, mas que se dedica aos cuidados de Catarina e Anelise e, especialmente, de Bila. Possivelmente, seria essa uma realização parcial de maternidade. Anelise arrisca: “Acho que concentrou nessa irmã todo o seu pouco afeto, e quando ela morreu chorou longos soluços por que nunca entendera sua dedicação sem recompensas” (p. 62); “Tia Beata tratou dela como se fosse filha” (p. 77).

A idealização do papel materno é comentada por Giddens (1993, p. 53), ao apontar a vulnerabilidade da criança, que necessita de cuidados tanto físicos como emocionais:

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa e mãe” reforçou um modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos.

Nesse aspecto, quando a mulher não cumpre o *script* imposto pela sociedade patriarcal, está não somente comprometendo a imagem idealizada de esposa e mãe, como também não cumprindo seu papel social mais fundamental.

Romagnoli (1990) também aborda o determinismo que está envolvido na maternidade, refutando argumentos apenas biologicamente embasados, em ligação direta com o pensamento de Simone de Beauvoir (1980, p. 59)²: “a fêmea não opta, mas a mulher livre e em pleno exercício de sua consciência está apta para escolher seu melhor momento para a concepção; ou optar por não sê-lo”. A noção de maternidade como supremo objetivo feminino é mera construção da sociedade: “na mesma medida em que glorifica a mulher mãe, tenta, cinicamente, justificar a coerência da mulher ser mantida

² Ver epígrafe.

dentro das cercas do lar. Para amamentar, para educar, para atender, enfim para justificar sua condição de fêmea” (1980. p. 63). E mesmo quando a mulher trabalha, transfere seu papel de mãe para outra mulher, seja uma cuidadora que fica em casa, seja uma cuidadora que trabalha na escola.

Isso se deve basicamente à “naturalização” dos papéis sociais na sociedade, já que esta desconsidera o caráter histórico destes, fruto de construção cultural: “O mito, ainda presente e atuante, é que o trabalho da mulher é algo ‘natural’, ou seja, cumpre-se a função biológica de dar à luz, criar os filhos, executar os afazeres domésticos” (BONICCI, 2007, p. 154). Campos (1992, p. 115) complementa essa visão, ressaltando as estruturas de poder nas quais ela se embasa:

se, no entanto, a desigualdade entre os sexos se radica sobre a distinção de papéis biológicos, ela o faz a preço de transformar o que é, tão-somente, diferença, em diferença hierarquizada. Ao estabelecer-se como relação de poder, ela assim o passa à ordem da cultura. É o que ocorre na forma histórica do patriarcado, o que se viabiliza ao associar ideológica, arbitrariamente, a secundariedade ao feminino em vista de seu papel na reprodução.

Dora, a mulher mais emancipada da obra, considera essa uma família de doidas. Teve vários maridos e adota um filho, o que, para Anelise, é uma incógnita: “Ela devia gostar muito de crianças, para ter adotado Otávio. Não pudera ter os seus próprios. Ou era o risco?” (p. 88). Quando mora com ela, Anelise se sente melhor, porém percebe no ar uma felicidade aparente. De qualquer forma, a tia, que passa as horas fazendo pinturas grotescas, é fonte de admiração: “Mesmo sobre seus casamentos fracassados, ela mostrava aquele humor sem amargura, sem lamentação. Talvez desabafasse nos quadros: os monstros que retratava eram seus filhos secretos?” (p. 90). A temática da impossibilidade de gerar filhos reaparece.

Quanto a Norma, Costa (1996) afirma que encarna o papel da normalidade, da dona de casa que age dentro dos padrões culturais. Entretanto, o papel de esposa e mãe parece não lhe satisfazer. Basta ver a imagem que Anelise faz a respeito da mãe, que para ela representava “uma menina crescida, com quem se tinha vontade de brincar de comidinha e casa de bonecas” (p. 30). Ela ignora as filhas e se refugia na música, “incapaz de assumir uma família sua” (p. 25). Seu dia-a-dia consiste em esperar pelo marido: “O consultório de papai não era longe de casa, e enquanto ele não chegasse minha mãe parecia não ter sossego. Depois do jantar tocava piano para ele na sala: era para ele que tocava, cantava, vivia” (p. 25). Anelise conta que foi praticamente criada pelas empregadas: “os problemas domésticos eram resolvidos por elas” (p. 27). Ou seja, Norma não cumpre as funções de uma mãe.

A rejeição do papel materno é concretizada na filha caçula de Catarina, Sibila, uma espécie de personificação das violências sofridas pela progenitora: “Essa tia anã era o fruto mais caprichado

da árvore temida, a árvore familiar de que eu também fazia parte” (p. 61). Devido à deformação e à loucura, conforme Costa (1996, p. 42), ela já nasce fora das jogadas sociais: “Catarina não quis ver a menina, foi como se no outro dia já tivesse esquecida de tudo. Quando falavam da filha, respondia com aquele sorriso distante” (p. 60).

A narradora Anelise, de 40 anos, inicia uma viagem em busca de sua identidade. Pelos seus relatos, é possível concatenar a questão da ausência materna à afetividade da amiga de infância Adélia, uma espécie de compensação de carinho. Mesmo após passar por quatro abortos, não considera a possibilidade da adoção: “negação da vida, afirmação da minha incapacidade”. (p. 112). É preciso ser mãe, mas por “vias naturais”, por meio do próprio corpo, afinal ela precisaria gerar, dar origem. Retomando Beauvoir (1980), na verdade deveria cumprir o “destino fisiológico” feminino. A quinta tentativa resulta em Lalo, versão masculina de Bila, uma vida que também não se concretiza. O marido é amoroso, mas incapaz de evitar o temor que Anelise tem de gerar crianças como as que a avó deu à luz, todas falhadas, pois quer “ – Uma porção de filhos – dizia Tiago, rindo”. (p. 104). A vinda do filho com lesão cerebral é a situação-limite: “Engravidar. Não podia, mas ia deitar novo fruto. Uma árvore apenas meio-estéril, porque o fruto vinha, mas cedo demais, chocho, encolhido, morto. E agora?” (p. 121). É neste ponto que ela se sente ligada à avó: “Naquele tempo, mais que nunca, me senti próxima de minha avó: também Catarina tivera uma realidade insuportável a enfrentar, e assumira aquilo a seu modo”. (p. 124).

Já Vânia é uma mulher que vive de futilidades. O marido demonstra não querer filhos, pois “havia árvore doente” (p. 105). A irmã Anelise percebe que isso é motivo de incômodo:

Na véspera do casamento o noivo exigira: casamento, sim. Mas nada de filho. Iam passear, viajar, viver felizes, mas ele não podia arriscar naquela família complicada, avó doida, a tia anã. Vânia entendia, não é? Sim, entendia. Não teve escolha: entre a fauna do casarão e o marido bonito e amado, escolheu sem hesitar muito. Decerto na hora nem pensava em filho. Mas a ferida estava instalada (p. 48).

Anelise continua: “Vânia desfiava histórias e mais histórias dos desamores de suas amigas. Só não tocava na sua. Parecia preocupada com a aparência, e não era para menos, ela perto dos trinta, o marido levando para a cama meninas de quinze. [...]” (p. 97). Por essa irmã em especial, ela nutre certa compaixão: “Fiquei com muita pena de minha irmã: traída, desamada, num silencioso desespero guardando as aparências do casamento. O beco sem saída, onde todas nós nos encolhíamos” (p. 48).

No fim da travessia interior de Anelise, ela se identifica com avó, por meio da figura da veranista: “uma rajada mais forte ergue suas roupas, que roçam em mim. Alfazema! De repente, sei quem é. Não

entendo como não a reconheci antes. Então era por mim que ela estava esperando, todo esse tempo. Esse longo tempo. Descemos de mãos dadas” (p. 149). O final sugere suicídio, mostrando que os abortos de Anelise a afastam do marido porque a impedem de sentir-se plenamente realizada.

Dessa maneira, a maternidade e o instinto materno aparecem como exigências culturais, destinos sociais de todas as mulheres. Quando uma delas não consegue realizar essa função – Anelise principalmente –, é automaticamente “incapaz”. Tal sentimento fica claro quando acontece o primeiro de uma série de abortos: “Esperamos um pouco para nova gravidez; ansiava para provar a mim mesma e a todos que fora um acidente sem importância, que era capaz de ter muitos filhos bonitos e saudáveis” (p. 106). Isso porque o matrimônio e a concepção são as apostas que a mulher faz na vida, como relembra Costa (1996), e Anelise perde as duas. Está aí a explicação da inveja que sente da caseira do Chalé, uma mãe que teve mãe, tudo que ela mesma não conseguira:

O mundo dessa mulher de pescador é tão mais rico do que o meu. Sólido. De bom-senso e pretensões humildes, fácil de satisfazer cada desejo. Marido, filhos, casinhola, família grande comprimida naquela vila, até a mãe velhíssima aparece de vez em quando e arrasta-se com Nazaré pela cozinha. Até mãe Nazaré tem (p. 95).

As mulheres que conseguem ter filhos mas não os desejam, ou melhor, são desprovidas de “instinto materno”, sofrem tal qual Anelise. Afinal, também não cumprem o papel social que lhes é reservado, seguindo esse destino que se repete em três gerações da mesma família. A maternidade como prisão é vivenciada por Catarina e por Norma, que, à sua maneira, procuram libertação, seja na loucura, seja na indiferença perante a família, conseguindo, assim, rejeitar seu destino cultural.

Há certa irracionalidade em depositar na experiência materna toda a realização feminina. A não concretização da maternidade origina profunda infelicidade para algumas personagens, culminando no suicídio da protagonista. A família patriarcal, que aparece em clara decadência na obra luftiana, aprisiona a mulher, delineando os únicos papéis que ela pode (e deve!) assumir como sujeito: esposa e mãe. No caso de Anelise, principalmente, a não concretização desse papel aniquila aquele, sugerindo, então, a primazia da maternidade.

O casamento é fonte de perda e sofrimento: “deve ser como um parto, a gente agüenta porque não tem volta, não se pode fingir que não houve casamento, não se pode desfazer o filho, voltar tudo às tranqüilas inocências” (p. 102). Anelise atribui o final de sua união com Tiago ao desejo imenso (principalmente dela) de ser mãe: “todo mundo queria ter filho, mas em mim isso foi mais que um sentimento natural. Depois das tempestades da paixão, comecei a sentir falta de uma criança junto

de Tiago e de mim” (p. 105). Quando nasce o filho-vegetal, ela abdica de tudo, age como “uma fêmea enlouquecida defendendo a cria machucada” (p. 130): “Tiago não me censurava por negligenciar nossa vida doméstica: uma boa empregada era tão mais útil do que eu quanto uma boa amante. Pensava nisso sem nenhum cinismo. Apenas, estava cansada” (p. 126). Assim, o papel materno anula até mesmo a mulher-esposa.

Os conflitos familiares relacionados à maternidade perpassam a obra inicial de Lya Luft. Sobre os romances produzidos na década de 1980, dentre eles *A asa esquerda do anjo* (1981), *Reunião de família* (1982), *O quarto fechado* (1984) e *Exílio* (1987), Zilberman (2007, p. 28) considera que

as personagens em crise são, de preferência, mulheres. Os homens ocupam lugar colateral na trama, mostrados, via de regra, segundo a ótica delas, sem que a recíproca tenha vez. É nelas que surte efeito a educação segundo moldes autoritários e antiquados, por esta razão simbolizados pelos parentes idosos (avós, tias, pais) lembrados pelas narradoras. Como consequência, elas adotam um comportamento submisso e introspectivo, concebido, muitas vezes, como deformação. Eis por que são infelizes: não correspondem ao que os outros esperam delas, nem ao que planejam para si mesmas, até o momento em que a crise irrompe, o passado é posto a nu e uma decisão é tomada.

O comportamento das mulheres e, por conseguinte, a infelicidade decorrem de uma modalidade de sociedade organizada segundo a dominação tradicional, da qual a família patriarcal é o melhor exemplo (WEBER, 1999). Nessa modalidade de família, há tendência da manutenção das normas e dos costumes, por isso não se questiona a autoridade masculina e, muito menos, o papel social da mulher.

Para melhor entender o contexto representado na obra *As parceiras*, em que a maternidade é supervalorizada, Xavier (1998), em retrospectiva histórica quanto à formação familiar, destaca a importância da monogamia, a fim de, através da legitimidade da prole, garantir a transmissão da herança aos verdadeiros descendentes. Segundo a autora, essa é a origem da família patriarcal e, consequentemente, da dominação dos homens sobre as mulheres. Ariès (1981) aponta o Século das Luzes como a época do surgimento de uma nova modalidade de família, a família nuclear burguesa, constituída somente por pais e filhos. Essa família manteve, no entanto, características patriarcais bem como o costume de os pais escolherem os parceiros dos filhos, devido a injunções econômicas, o que perdurou ainda por longo tempo.

Xavier (1998, p. 71) explica que a família patriarcal como instituição, um lugar de “adestramento” para a adequação social, surge como a fonte principal de insatisfação das personagens luftianas, posto

que as sufoca, já que a autora considera o casamento e a família como causas do sofrimento e do desequilíbrio dos mulheres. O patriarcalismo é classificado como modalidade de opressão:

a lei do pai dita as regras do jogo social, restando às personagens femininas a acomodação aos papéis impostos. A ruptura é punida com a marginalização e o exílio. Mas a família, mostrada como instituição falida e fonte geradora de conflitos e repressões, para Lya Luft, na década de 1980, é tragicamente, o beco sem saída.

Rocha-Coutinho (1994, p. 36) comenta as peculiaridades da família moderna, dentre elas a limitação do papel do sujeito feminino:

A fim de assegurar sua permanência no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda a mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um “caráter inato” e, portanto, compartilhado por todas mulheres. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social.

Ela ainda ressalta o rótulo de primeira educadora que é atribuído à mãe, o que pode prendê-la no lar, configurando-se o “enclausuramento doméstico”. A boa educação que a sociedade espera contrapõe-se à negligência, caso ela não exerça com eficácia tal papel. Aqui, é possível lembrar a personagem luftiana Norma, na obra em estudo, que demonstra indiferença com relação aos laços maternos. A autora reforça o aspecto cultural ligado ao querer ser mãe. Muito embora homens e mulheres tenham todas as condições biológicas:

do mesmo modo que os homens não nascem pais, as mulheres, apesar de seu aparato biológico, também não nascem mães. E, do mesmo modo que a paternidade não satisfaz o projeto de vida do homem, a maternidade, por si só, pode não preencher o projeto de vida da mulher (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 45).

E quanto à educação, vale ressaltar que a mulher é “preparada” desde cedo para cumprir seu destino social de mãe. Assim, é mais do que previsível o fato de ela crescer nessa expectativa, justificando-se a angústia das personagens femininas que veem frustrado seu fim social, o que não ocorre com os homens, uma vez que, de acordo com Gutiérrez (1985, p. 20 e 22), essa é uma preocupação pouco presente no universo masculino. Em *As parceiras*, basta observar o marido de Vânia, que em hipótese

alguma deseja filhos. Aliás, ele impõe à esposa essa condição, privando-a de realizar-se como mãe. Enquanto isso, em relação às mulheres,

o papel de mãe e a realização pelo e no casamento está quase sempre presente nas aspirações da jovem. É que sua afetividade foi desenvolvida no aprendizado de viver para o outro, e o que a define em primeiro lugar, é sua sexualidade. [...] Tendo aprendido a servir e a esperar, a ser dócil, submissa, passiva, é na maternidade que a mulher vê seu ser consagrado e exaltado.

O lar é o primeiro espaço de socialização da mulher, em que ela aprende as funções de caráter feminino. Bourdieu (2007, p. 103) reforça essa interpretação: “à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem”.

O autor compara o ciclo da gestação ao ciclo agrário para demonstrar a superioridade masculina (culturalmente construída):

No ciclo da procriação [...], uma espécie de processo natural e passivo de “enchimento”, de que as mulheres são, não o agente, mas apenas o local, a ocasião, o suporte, ou melhor, que se localiza na mulher, como na terra, mas que não exige da mulher mais que práticas, técnicas ou rituais de acompanhamento, atos destinados a ajudar a natureza em trabalho (como arrancar ervas, ou reuni-las em feixes, para alimento dos animais); com este fato, elas estão duplamente condenadas a permanecer ignoradas, principalmente pelos homens: seus atos, familiares, contínuos, rotineiros, repetitivos e monótonos, “humildes e fáceis”, [...] são em sua maior parte realizados fora de vista, na obscuridade da casa ou nos tempos mortos do ano agrário (BOURDIEU, 2007, p. 60).

Mas a maternidade nem sempre foi vista dessa maneira na história da humanidade: “é um dom e não um instinto como nos tentam fazer crer” (p. 358). Basicamente é essa a tese de Badinter (1985), que faz uma excelente retrospectiva histórica na obra *O Mito do Amor Materno*. Entretanto, o conceito não é tão recente: a psicanalista Margarete Hilferding já o havia sugerido em 1911. Badinter (1985, p. 118) resgata a existência de total desapego em relação à criança:

No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma

ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais.

Muito embora houvesse um sentimento residual, devido à proximidade biológica entre mãe e filho, era praticamente inviável o estabelecimento de laços afetivos entre pais (mães) e filhos, já que as crianças não pertenciam ao universo familiar. Todavia, os altos índices de mortalidade infantil obrigam uma modificação cultural:

Veremos que se tornará necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade “instintiva”. Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea. [...]. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (BADINTER, 1985, p. 144-5).

De alguma forma, esses novos moldes interessaram à mulher:

Não foi certamente por acaso que as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram burguesas. Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava. [...] a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se, em conseqüência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a “rainha do lar”. (BADINTER, 1985, p. 221).

Assim, surge uma espécie de revolução paradigmática em relação à maternidade. Em função da psicanálise, a mãe se torna a responsável pela felicidade da prole, pois ela é quem garante o equilíbrio psíquico da criança. Segundo Badinter (1985), a mulher fica aprisionada nesse papel social, não podendo mais evitá-lo. De um lado, exaltavam-se as “boas mães”. De outro, condenavam-se as que não sabiam ou não podiam executar tal função. A autora conta sobre a formação dessa nova imagem feminina:

tomara-se o cuidado de definir a “natureza feminina” de tal modo que ela implicasse todas as características da boa mãe. Assim fazem Rousseau e Freud, que elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante, com 150 anos a separá-los: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher “normal”. Fechadas nesse esquema por vezes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua “natureza”? Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua “anormalidade”. Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se portanto silenciosamente, algumas tranqüilas, outras frustradas e infelizes. (BADINTER, 1985, p. 237).

Em seguida, Badinter (1985) traz a discussão para o século XX (e certamente se estende ao XXI): mesmo quando exerce uma profissão, a mulher moderna é extremamente mais preocupada e mais atenciosa com os filhos que as mulheres de outras épocas. Ela ainda comenta a questão da emancipação feminina como prova de que o instinto materno não é inato:

As mulheres que se recusam a sacrificar ambições e desejos ao maior bem-estar do filho são demasiado numerosas para serem classificadas como exceções patológicas que confirmariam a regra. Essas mulheres que se realizam melhor fora do que dentro de casa são quase sempre as que se beneficiaram de uma instrução superior e mais satisfações podem esperar do exercício de sua profissão. Seria uma ironia fácil dizer que as mais cultas são as mais “desnaturadas”. A instrução das mulheres é irreversível e, se tivéssemos de fazer o retrato antecipado das mulheres do futuro, sem dúvida as imaginariamos ainda mais desnaturadas, detentoras do saber e do poder em pé de igualdade com seus companheiros (BADINTER, 1985, p. 345).

Após uma intensa “caminhada histórica”, Badinter (1985, p. 365) conclui:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações.

O interesse pela criança, bem como a dedicação intensa, não existiram em todos os tempos, para todas as mulheres. A autora serve-se até da ironia ao questionar sobre as francesas e as inglesas do século XIX: seriam elas um “bando de mães desnaturadas”? Essa postura é antideterminista, pois enfatiza o caráter cultural do amor materno, um sentimento humano como qualquer outro: incerto, frágil, imperfeito. Ao voltar novamente o olhar para as personagens luftianas de *As parceiras*, percebe-

-se que a naturalização do papel social de mãe leva sofrimento à mulher, sobretudo quando esta não consegue realizá-lo.

Como primeiro trabalho feminino na área é considerada a conferência da psicanalista Hilferding, em 1911. Pinheiro (1991), no livro *As bases do amor materno*, comenta essa fala, resumindo:

O amor materno parece ter sido encampado num imaginário fundamental que determinaria a condição feminina: como se a mulher, ou o que é a mulher, fosse indissociável do amor materno. Por que é tão indispensável que o amor materno seja algo implícito, óbvio, dado a qualquer mulher pela Ordem da Natureza? (HILFERDING, 1991, p. 112).

A desconstrução desse mito aparece no artigo de Marguerite Duras (1985), também citado por Pinheiro (1991), abordando o assassinato de uma criança, possivelmente pela mãe. Há uma alusão clara ao conformismo feminino, que engendra adultos (e crianças) infelizes:

Acontece que algumas mães não amam os seus filhos nem a sua casa, nem são as mulheres do lar que se esperava que fossem. Que elas não são tampouco as mulheres de seus maridos. Que não são mães, assim como não são fiéis, e que, apesar de tudo isso, elas passam por tudo, pelo casamento, pela trepada, pela criança, pela casa, pelos móveis, sem que isso as tenha mudado em nada, nem mesmo por um só dia. Por que a maternidade não seria malvinda? Por que o advento de uma mãe pela chegada de um filho não seria um fracasso? (HILFERDING, 1991, p. 113).

Ao discutir a exigência de cunho biológico de reprodução, é possível retomar a trajetória das mães descontentes da obra luftiana em estudo e entender a frustração que as acomete: o mesmo mito faz-se fonte de angústia para dois grupos de mulheres. Por um lado, as “incapazes” de cumprir o tão esperado destino: Beatriz, Dora, Anelise e Vânia. Por outro, as “desprovidas” do tão proclamado amor materno: Catarina e Norma. Um trecho em especial demonstra como, nos pensamentos de Anelise, ser mãe condensa a função primeira da mulher: “Desistimos de ter filhos. Não se falava mais no assunto, o silêncio estendia-se, ocupava todos os cantos, espiava em todas as palavras, um silêncio que falava alto, que gritava. Passei um bom tempo fraca e desanimada, acocorava-me num devaneio dolorido. E agora?” (p. 115).

Antes mesmo da publicação de *As parceiras*, Lya Luft lançava a coletânea de crônicas intitulada *Matéria do cotidiano* (1976). A crônica “Participação” condensa justamente a questão da emancipação social: a mulher está em busca de outros papéis, já que ser somente mãe e esposa é bastante limitador:

Outro dia me puseram debaixo da porta a propaganda dum cursinho de inglês que afirma: “neste curso você esquecerá por algumas horas a monotonia da sua vida doméstica.” Qual a mulher-esposa-mãe-cozinheira-lavadeira-babá de tempo integral que não acorreria a uma solicitação desse tipo? Realmente há alguns anos a mulher cujos filhos, crescidinhos, se desprendessem da saia materna, estava condenada a uma monótona roda de chá semanal, do joguinho quinzenal, da televisão diante da cara do marido, metido nos seus chinelos e no seu jornal (LUFT, 1976, p. 43).

Tanto é que a crônica termina com um convite: “sacudir a teia de aranha da inércia, e a poeira da resignada monotonia. Vamos abrir os olhos, vamos ser gente, vamos viver?” (p. 43). A discussão continua no texto “Mãe deve trabalhar fora”: “O ideal seria poder realmente assumir fora de casa uma atividade que ajudasse a mulher, tão sacrificada pelas múltiplas, obscuras e nem sempre recompensadas atividades domésticas, a conservar seu equilíbrio emocional” (p. 49).

E na crônica “Anistia”, do livro *Pensar é transgredir*, já em 2005, a autora comenta sobre a cumplicidade feminina de um grupo de mulheres que se reúne para conversar, do qual ela também participa. Dentre os assuntos abordados, não há como fugir da maternidade:

“Mulheres são cuidadeiras” é uma frase banal: mas será nosso destino ou escolha?

– Acho que a gente é educada assim – comentou uma – e passamos a vida cumprindo esse papel, ainda que nos empobreça e nos torne infelizes.

A mãe vítima, a mártir venerada, a eternamente disponível e de preferência sem vida própria, ainda aparecia como modelo desejável. Não tenho dúvidas de que essa imagem materna desperta nos filhos (e no marido) sensações contraditórias de culpa e insatisfação (LUFT, 2005, p. 133).

Quanto à autoria feminina, Luft comenta que “o escritor tem que ser em grande parte um ator. Entrar na pele dos personagens. E para uma mulher é muito mais fácil entrar na pele das mulheres” (Luft, 1988, p. 9). Aliás, ela vai muito além, no eixo da crítica:

Não é fácil para uma mulher abordar o lado trágico da vida. É como se fôssemos obrigadas a escrever para “distrair”. Escrever é uma arte que mexe com a alma humana. O que acontece normalmente é que uma culpa ancestral embarga a mulher escritora, impedindo-a de ser corajosa e vigorosa. [...] eu não teria escrito meus romances há vinte anos, porque teria ficado intimidada com as cobranças que certamente seriam feitas (LUFT, 1988, p. 10).

Em *Luft*, aparece o conflito sobre a maternidade: é fato natural ou é socialmente imposto? Ela aponta esse dilema como gênese do sofrimento para todas as personagens. Mães entram em crise, seja por querer assumir o papel, seja por querer rejeitá-lo, como já citado. No primeiro grupo, encontram-se Dora, Vânia, Beatriz e Anelise. As quatro, respectivamente, vivenciam experiências diferentes, mas que desembocam no desejo de ser mãe: a primeira adota, a segunda é impedida pelo marido, a terceira cuida de Bila e a quarta sofre sucessivos abortos e um nascimento fracassado. Como refúgio, frente à vida “incompleta”, Dora dedica-se à pintura; Vânia imerge em futilidades; Beatriz, na religião e, por fim, Anelise exila-se no Chalé, porém não volta para casa.

Já no segundo grupo, as personagens parecem ter nascido sem tal “instinto”. Como diria Badinter, na verdade Catarina, Norma e Sibila simplesmente não podem ou não querem assumir essa função. A avó é lançada precocemente a um mundo que não conhece e, ao longo da vida, não consegue ser mãe. Norma segue o mesmo caminho, demonstrando indiferença em relação às filhas. E Sibilia nasce impossibilitada de vivenciar qualquer experiência nesse sentido. A rota de fuga de Catarina é, obviamente, a loucura, e a de Norma, a música. Como diria Bourdieu, as mulheres aprendem o social como se fosse natural e pagam elevado preço por isso, na medida em que, com uma identidade fragmentada e comprometida, não logram êxito em suas tentativas de emancipação.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, Elisabete. *O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BONICCI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: EDUEM, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. “Gênero”. In: JOBIM, José Luis. *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- COSTA, Maria Osana de Medeiros. *A mulher, o lúdico e o grotesco em Lya Luft*. São Paulo: Annablume, 1996.
- GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo: o sentido literário da luta da mulher*. São Paulo: Nobel, 1985.

HILFERDING, Margarete. *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta, 1991.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO (RS). *Lya Luft*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1988. (Autores gaúchos).

LUFT, Lya. *Matéria do cotidiano*. Porto Alegre: Grafosul, 1978.

_____. *As parceiras*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *Perdas e ganhos*. 22. ed. Rio de Janeiro : Record, 2004.

_____. *Pensar é transgredir*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROMAGNOLI, Lérica. *A relação entre a mulher contemporânea e a mulher-personagem na obra de Lya Luft*. Dissertação (mestrado em Teoria da Literatura). Porto Alegre: PUCRS, 1990.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2. ed. Trad. de José M. Echevarría, Juan R. Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo G. Máñez, Jose F. Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

WOODARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomás Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

ZILBERMAN, Regina. “O espelho da literatura”. *Portuguese cultural studies*, 2007. Disponível em: <http://www2.let.uu.nl/solis/psc/p/PVOLUMEONEPAPERS/P1ZILBERMAN.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2009.

Recebido em 18 de fevereiro de 2011

Aprovado em 27 de abril de 2011

